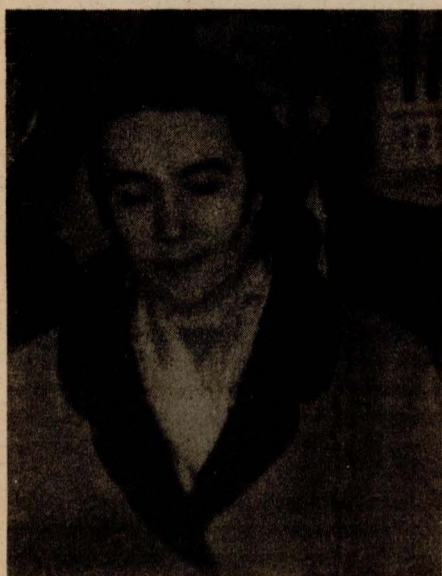




## Congresso da UNE marcado para junho

O presidente da UNE, Lindbergh Farias, fala dos planos da entidade para 93. O Congresso será em junho.

PÁGINA 10



## Nexhmije Hoxha é condenada

Depois de passar mais de um ano na cadeia, a viúva de Enver Hoxha é condenada a 9 anos de prisão. Em sua defesa no tribunal, Nexhmije rebateu as falsas acusações de desvio de verbas e abuso de poder, afirmando que os verdadeiros motivos de seu julgamento são políticos e revanche por seu passado de luta pela causa do socialismo.

PÁGINA 9

## Perspectivas do Mercosul

O professor uruguaio, Juan Algorta, que leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faz uma análise da formação do Mercosul, destacando que tende prioritariamente aos interesses do imperialismo norte-americano, com graves consequências para a economia e a situação dos povos do Cone Sul.

PÁGINAS 6 e 7

## O PCdoB e o Ajuste Fiscal

O líder do PCdoB na Câmara Federal, João Rebelo, analisa o processo de votação do Ajuste Fiscal, as manobras das forças conservadoras e a posição do PCdoB.

PÁGINA 3

# Portuários fazem greve contra lei dos portos



Assassino de Fonteles no banco dos réus

A Câmara dos Deputados aprovou por maioria o projeto de lei dos portos que vai agora para a sanção presidencial. O texto aprovado é uma verdadeira traição aos trabalhadores e à soberania nacional. A revolta entre os portuários de todo o país é grande. Eles estão em greve para que Itamar Franco vete o projeto da Câmara.

PÁGINA 5

## Juri condena o assassino de Paulo Fonteles

Depois de 16 horas, o Tribunal condenou a 21 anos de cadeia o assassino de Paulo Fonteles. Justiça ainda que tardia, emocionou os presentes ao julgamento. A condenação é um fato inédito diante da grande lista de assassinos impunes no campo. Reascende a chama da luta pela terra, colocada na ordem do dia com a votação na Câmara Federal do projeto que regulamenta a Reforma Agrária.

PÁGINA 4

## CARTAS

## Privatização é justa?

A privatização é um meio retardatário à igualdade de todos os operários.

É óbvio que todos desejam ter um retorno justo pelo seu trabalho, isto já faz parte da humanidade por natureza, e nós que temos a idéia de igualdade mais desenvolvida, temos como dever despertar e conscientizar os que tem seus direitos abafados, devido a construção do sistema ter como base a exploração do homem pelo homem.

É óbvio também que só conseguiremos a igualdade tão desejada com a destruição desse sistema agonizante e com a construção de outro em que a classe operária esteja dominando. E não é o que vai acontecer com o processo de privatização da CSN e de outras estatais, pois menos da metade das ações será disponível aos operários e mais da metade das ações será disponível à classe dominante (esta é uma das injustiças que os operários sofrem com o processo de privatização), é isso o que vai acontecer com o total das ações da CSN e de outras estatais. É esta divisão justa aos olhos do sistema que queremos nos fazer engolir.

Aline Gonçalves  
Volta Redonda - RJ

## Não à pena de morte

A nação está envolta no clima criado em torno da *pena de morte*; os meios de comunicação, especialmente a Rede Globo, tem concorrido para esta situação.

A população sem maior conhecimento de causa, busca a pena de morte, como remédio para a questão da violência. Podemos afirmar que a maior das violências contra o povo, é o não cumprimento da Constituição Federal, principalmente no que tange ao salário mínimo, "que este deve atender as necessidades básicas da família...".

Acredito que com adoção de medidas que venham minimizar a grave situação social, certamente o Governo estará contribuindo para a diminuição da violência. Se existir uma política salarial e social que possibilite ao cidadão comum, *emprego, alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, vestuário*, dificilmente este enveredará pelo caminho da delinquência.

Augusto Vulcão  
Belém - PA

## Memorável reunião

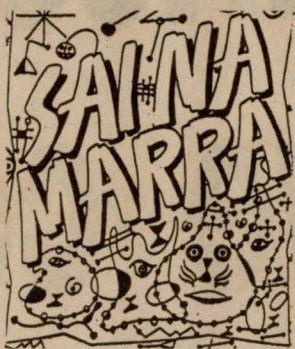
O Presidente da República, Itamar Franco, enviou telegrama ao presidente do PCdoB, João Amazonas, agradecendo sua participação na reunião dos partidos em Brasília. Diz o telegrama:

"Sua presença despreendida e leal, a sua participação efetiva e patriótica na memorável reunião do dia 8 no Palácio da Alvorada e o testemunho eloquente

de tudo o que podemos realizar juntos quando conjugamos nossas forças para o objetivo comum e os nossos pensamentos para os destinos e anseios do país. Agradeço a colaboração que espero permanente de Vossa Excelência e de todos os integrantes desse partido."

Cordialmente,

Itamar Franco



## Sai na marra

Pelo oitavo ano consecutivo, o Bloco Camavalesco Sai Na Marra vai sair. Na marra. O desfile será no domingo de carnaval, às 4 da tarde, partindo da barraca do Bloco, que fica na Praça da Preguiça, em Olinda, em direção às ladeiras históricas da cidade.

Professores, profissionais liberais, jornalistas, publicitários, sindicalistas, estudantes, políticos, formam este Bloco que é, sem dúvida, o mais politizado do carnaval pernambucano.

Sempre criticando o momento político, este ano o Sai Na Marra preparou uma camisa *sui generis* com estampa que retrata os caras-pintadas e que pergunta: Saiu ou não saiu? No caso, o Bloco e o Collor.

Fica o convite para os leitores da Classe caírem no passo, do frevo e do maracatu, do Bloco Sai Na Marra.

Aproveite para enviar uma reprodução, em preto e branco, da camisa e pedir uma notinha no jornal! Um forte abraço,

Guido Bianchi  
Recife - PE

## Rogério Sampaio expõe ouro na Praça

Diz a música "que todo o artista tem de ir aonde o povo está."

E nossa estrela solitária de Barcelona Rogério Sampaio não deixou por menos: debaixo de um escaldante sol carioca, na Cinelândia - tradicional reduto democrático do Rio de Janeiro, o judoca, no último dia 22/01 deu uma amostrinha para os populares do que é capaz de fazer na quadra.

O fato merece registro exatamente porque as atuais condições do esporte no país são cada vez mais precárias, forçando nossos atletas a mendigar nas empresas estrangeiras custeio para a prática desportiva.

E, considero que esta seja uma reflexão que devemos fazer sobre nossa própria influência dentro do ramo esportivo e cultural, exatamente para desmistificar a idéia de que esporte é coisa pra rico e que cultura não é coisa pra povão.

Sugiro que se repense em um Seminário, como já aconteceu anteriormente, para discutirmos estes temas, uma vez que as condições atuais com o governo Itamar Franco são propícias para levantarmos a bandeira da Cultura e Lazer, resgatando importantes órgãos extintos pelo famigerado Collor.

Geovani Machado - Silêncio  
Canoas - RS

## A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável  
João Amazonas

Editora: Ana Maria Rocha

Redação: Dilermando Toni,  
Jefferson Barros

Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Quelroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Gulomar Prates, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins

Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe  
Diagramação: José Luis Munuera Reyes

Composição e Arte Final

Compuart - Fone: (011) 278-1634

Fotolito: Enfocke

Impressão: Artgraph

Administração: Vera Lúcia Lopes  
da Silva

Arquivo: Leandro Schillpake

Secretaria: Sílvia Regina Lopes

Publicação da Empresa Jornalística  
A Classe Operária - Rua Adoniran  
Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP  
Fone: (011) 34-4140 - FAX: (011) 36-0412

## Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4634/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem (096) 223-4046 - BAHIA - Salvador - R. Senador Costa Pinto, 64 - Centro - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 273-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3 de Maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 - PARÁIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26, casa 6 - Centro - (041) 252-3983 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condeessa de São Joaquim, 115 - Centro - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.

## Novas assinaturas

Chegam a 800 as novas assinaturas efetuadas na fase inicial da campanha Rogério Lustosa. São Paulo e Rio Grande do Sul foram os campeões de iniciativas. A cidade de Caxias do Sul - RS fez mais de 70 assinaturas, elevando o total do estado para cerca de 300 assinaturas. São Paulo ultrapassou a casa dos 300 e promete mais. Rio de Janeiro e Minas Gerais se esforçam para atingir sua meta. E no nordeste, o Ceará continua na frente.

Os dados revelam que houve um maior empenho nos estados do centro-sul, os do nordeste tomaram algumas iniciativas, enquanto no norte, a apatia ficou evidente, com exceção para o Acre que conseguiu se aproximar da meta. Muitas reservas, portanto, podem ainda ser exploradas no sentido de ampliar a rede de assinantes, que é fundamental sobretudo para os estados mais longínquos.

Da parte da administração, vem se fazendo um esforço para enviar as assinaturas já na sexta-feira e procurando o meio mais rápido de entrega do correio. É importante que os assinantes informem sobre qualquer irregularidade no recebimento do jornal, para que seja rapidamente corrigida.

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

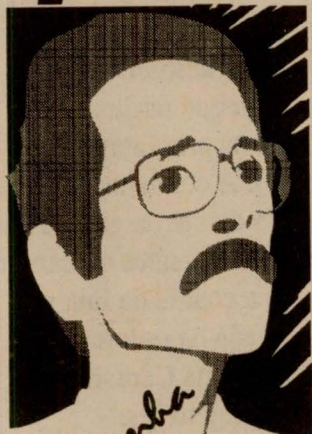
Profissão \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura anual: Cr\$ 400.000,00  
Assinatura semestral: Cr\$ 200.000,00  
Assinatura trimestral: Cr\$ 100.000,00  
Assinatura anual de apoio: Cr\$ 800.000,00  
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 400.000,00  
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 200.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para o Serviço de Assinaturas de A Classe Operária. Coloque junto um cheque em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Nosso endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista, São Paulo-SP. Fone: (011) 34-4140. Fax: (011) 36-0412. CEP: 01318-020

## A Classe Operária



Campanha  
Rogério  
Lustosa

## Opinião

### Revisão não pode ser irrestrita

HAROLDO LIMA

Deputado Federal do PCdoB-BA

Sente-se que uma opinião vai sendo construída pouco a pouco junto ao povo brasileiro - a de que a Constituição, há pouco promulgada, será toda revista a partir de setembro deste ano pelo atual Congresso Nacional, que funcionará como se fosse Constituinte. Apóia-se, essa argumentação, em suposta determinação contida no Art. 3º das Disposições Transitórias da Constituição, onde se lê que: "A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral".

O grave engodo político que se pretende aplicar interpreta de forma absolutamente arbitrária e isolada esse citado Art. 3º Senão vejamos.

Não considerando resolvida, em termos definitivos, as questões da forma e do sistema de governo do país, a Constituição previu, no seu Art. 2º que "No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma e o sistema de governo que devem vigorar no País". Evidentemente que o resultado do plebiscito deveria levar a modificação na Constituição, no que diz respeito àquilo sobre o que o povo foi consultado - forma e sistema de governo. É assim que, ao artigo segundo, que prevê o plebiscito, segue-se o terceiro, que define o prazo para a revisão constitucional subsequente ao plebiscito. Note-se que o texto não fala de uma revisão constitucional que ocorreria dentro de cinco anos, mas especifica a revisão constitucional, aquela bem caracterizada, que se tornará necessária após o plebiscito.

Politicamente o conservadorismo brasileiro quer aproveitar-se dessa nuance para investir contra o texto constitucional em seu conjunto, golpeando especialmente algumas importantes conquistas inscritas nos capítulos relativos aos direitos sociais e à ordem econômica. Os que defendem a ampla e irrestrita revisão acham que a Constituição está evadida de direitos de trabalhadores e de mecanismos de defesa nacional.

A correlação de forças na Constituinte não era favorável às forças progressistas. Mas permitiu alianças que viabilizaram as conquistas conhecidas, sempre contra o antigo "centrão". O atual Congresso - que não foi eleito para funcionar como constituinte, mas para fazer uma revisão determinada - tem uma composição mais desfavorável às forças progressistas. Ceifaria, se pudesse, direitos sociais importantes e eliminaria fronteiras da soberania.

A batalha em apreço será travada no segundo semestre. Necessário se faz porém que, desde já, sobretudo os setores mais conscientes, sejam alertados contra essa solerte ameaça anti-democrática.

*Os que defendem a ampla e irrestrita revisão acham que a Constituição está evadida de direitos dos trabalhadores*



### Símbolo da luta por reforma agrária

A condenação do assassino de Paulo Fonteles a 21 anos de prisão reacendeu a chama da esperança de justiça para os camponeses brasileiros. Por sua luta incansável em defesa dos posseiros, Fonteles virou símbolo da luta por reforma agrária. A condenação de seu assassino representa uma vitória para os injustiçados do campo brasileiro. É um exemplo que atemoriza os inúmeros assassinos de posseiros e os mandantes que ainda se encontram acobertados pelo poder da grana, mas começam a sentir o cheiro do perigo batendo à sua porta.

Não é à toa que predomina a situação da impunidade para os poderosos no campo, enquanto reina a miséria e a fome para aqueles que não possuem nem um pequeno pedaço de terra para garantir a sua sobrevivência, e ainda têm de enfrentar a truculência dos grileiros.

Assassinos de defensores da causa da reforma agrária começam a ser punidos. Mas, a defesa dos grandes latifundiários e de seus interesses continua sendo uma questão vital para as forças conservadoras. Foi o que ficou evidenciado no último dia 27, quando foi aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto que regulamenta os artigos da Constituição sobre reforma agrária.

Na questão mais polêmica, relativa às prioridades para

desapropriação, as forças progressistas foram derrotadas. Segundo o texto aprovado, terão que ser desapropriadas em primeiro lugar as fazendas que apresentarem menor grau de utilização da terra. O mais grave é que o critério será aplicado a nível nacional. O governo, por exemplo, não poderá desapropriar uma fazenda que tenha 50% de suas terras ociosas, enquanto houver no país propriedades com grau de ociosidade maior. Isso significa dizer, que vai levar muito tempo para que haja alguma distribuição de terra no centro-sul do país, uma vez que a maior concentração de terras não aproveitadas ocorre no norte.

Como se vê, mesmo esta regulamentação, que está longe de significar a realização de uma reforma agrária, encontra resistência dos latifundiários, que fazem de tudo para preservar seus interesses, defendidos a ferro e fogo.

Enquanto isso, continuará candente o problema da falta de terra para os camponeses. Problema que não será facilmente resolvido, porque coloca em jogo grandes interesses econômicos de setores das classes dominantes. Nesse sentido, continua mais atual do que nunca a bandeira de luta de Paulo Fonteles e de muitos outros assassinados por defenderem os interesses dos despossuídos e por terem ousado desafiar o poder do latifúndio.

### O PCdoB e o ajuste fiscal

ALDO REBELO

Líder do PCdoB na Câmara Federal

O debate político nacional esteve voltado nos últimos dias para o tema do Ajuste Fiscal, finalmente votado na Câmara dos Deputados. Diante da importância do assunto, a bancada do PCdoB elaborou uma série de documentos dando conta da posição partidária e oferecendo sugestões e críticas sobre a questão.

O PCdoB votou pela criação do IPMF - Imposto Provisório sobre movimentação Financeira, por reconhecer a necessidade e urgência da capacidade arrecadadora do Estado e para impedir que uma derrota frontal do governo nesse momento deixasse o Presidente Itamar Franco enfraquecido diante das forças conservadoras, principalmente frente a eventualidade dessas mesmas forças conquistarem a Presidência da Câmara dos Deputados.

Ainda no caso do IPMF, destaque-se que 38% da arrecadação destinar-se-á às áreas sociais (habitação e educação) e que os trabalhadores que ganham até 10 salários mínimos tiveram a garantia de compensações, como por exemplo a redução da contribuição à Presidência.

O PFL e o PDS votaram contra a proposta mas foram amplamente derrotados. Só quando a oposição do governo coincidiu com os instintos básicos neoliberais dos dois partidos conservadores resolveram apoiar. E ocorreu justamente em um dos itens destacados pela bancada do PCdoB, onde o governo tenta estender às empresas estatais os mesmos institutos de falência e de concordatas das empresas privadas. Neste caso Itamar repete o que já havia tentado Collor. O PCdoB, autor deste destaque, votou contra, ao lado do PT, PSB, e PDT, além de

*O PFL e o PDS votaram contra a proposta mas foram derrotados. Só apoiaram quando a posição do governo coincidiu com seus instintos neoliberais*

outros partidos, embora em número reduzido. Infelizmente, neste, caso o governo venceu ao lado do PDS e PFL, derrubando o princípio constitucional de que criar, manter ou fechar empresas estatais deve ser apenas uma decisão de governo.

Vale a pena ainda denunciar que também caiu em Plenário a proposta do governo de corrigir distorções da lei nº. 8.200 que privilegiavam as empresas, principalmente instituições financeiras, no recolhimento do imposto de renda. Mais uma vez PDS e PFL votaram com os banqueiros, quando uma perda de receita anual para o governo de três, cinco bilhões de dólares.

Na verdade nem se pode falar rigorosamente da aprovação de um Ajuste Fiscal. Pode-se dizer que questão fiscal no Brasil padece de graves deformações. Para se ter uma idéia da gravidade dessa situação, basta se dizer que no ano passado, pela primeira vez o IR da fonte dos assalariados ultrapassou o das empresas. A crise fiscal no Brasil não terá solução profunda e duradoura enquanto não se inverter a lógica da tributação que hoje atinge mais o salário que o capital; enquanto não se recuperar a capacidade arrecadadora do Estado e não restar a sangria ocasionada pelo pagamento de juros explosivos da dívida pública.

## NACIONAL

## A luta de Paulo Fonteles continua

SOCORRO GOMES

Deputada Federal pelo PCdoB - Pará

A Deputada Socorro Gomes, do PCdoB - Pará, pronunciou-se em 20 de janeiro de 1993, no pequeno expediente da Câmara dos Deputados sobre o julgamento de Paulo Fonteles:

"Em 11 de junho de 1987 a mão armada do latifúndio no Pará ceifou a vida de Paulo César Fonteles de Lima, destacado lutador em defesa da democracia e da reforma agrária.

Paulo Fonteles, destacado militante do PCdoB, foi um marco da resistência ao arbítrio, incansável defensor das causas dos posseiros do Sul do Pará e o primeiro advogado a abraçar esta luta com firmeza e dedicação, desafiando a truculência dos fazendeiros, fato que o tornou odiado pelos latifundiários, porém muito querido pelos camponeses.

Mesmo sendo ameaçado de morte, o advogado Paulo Fonteles não se intimidou. Continuou sua luta em favor dos posseiros e em defesa da justiça no campo. Quando foi assassinado, tinha em suas mãos a defesa de trabalhadores que ele representaria no Tribunal.

Esse bárbaro crime, praticado por James Vita Lopes e seu patrão, Joaquim Fonseca, grande latifundiário, tem agora o seu desfecho na Justiça do Estado do Pará. A covardia e a violência são as características predominantes dos crimes ocorridos no campo brasileiro, em particular no Estado do Pará. A impunidade é o principal estímulo à continuidade de tais crimes, que transformam-se em um verdadeiro extermínio, muitas vezes com cobertura de policiais e de delegados, que se constituem em um braço armado do latifúndio, e que tem vitimado sindicalistas, trabalhadores e advogados, e todos os que se levantam em defesa dos camponeses e dos oprimidos. Outra característica desses crimes é a prévia divulgação, pelos fazendeiros, de listas de pessoas marcadas para morrer.

Somente na Região Norte, em 1990, houve 21 assassinatos de pessoas ligadas à luta pela posse da terra. De 1964 a 1991 foram registrados 1.630 assassinatos no campo brasileiro. Desse total, apenas 24 julgamentos e 12 condenações.

O jornal "O Liberal", em sua edição de 18/01/93, em matéria sobre o julgamento do assassino de Paulo Fonteles, diz: "No depoimento que prestará no dia de seu julgamento à juíza presidente do Júri, James Vita Lopes vai dizer que não teve qualquer participação no assassinato do deputado Paulo Fonteles..."

O povo do Pará, os trabalhadores rurais, os democratas e todos os defensores da Justiça e da Liberdade estão atentos às manobras que possam vir tumultuar o processo e tornar este mais um caso insolúvel de crime praticado por latifundiários.

A Contag, as Federações de Trabalhadores Rurais, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado do Pará, e toda a sociedade organizada se mobilizam para garantir que autores e mandantes da morte de Paulo Fonteles sejam exemplarmente punidos, abrindo caminho para que sejam condenados os responsáveis por outras mortes, como por exemplo a do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, a de João Canuto e de tantos outros lutadores pelo fim da violência no campo, vitimados por latifundiários e pistoleiros, que andam pelas ruas livremente, como se nada tivesse acontecido. Este momento é de grande importância para todos os que defendem a reforma agrária, o respeito às leis e a credibilidade na Justiça."

De 64 a 91  
foram  
registrados  
1.630  
assassinatos.

## Justiça mesmo que tardia

JORGE FARIAS

Do Pará

Este foi o lema usado na campanha que levou ao banco dos réus um dos assassinos do ex-deputado Paulo Fonteles, morto com três balas, disparadas por pistoleiros a soldo do grande latifúndio, no dia 11/06/87, no município vizinho de Ananindeua (PA), distando 13 km de Belém.

O julgamento de James Sylvio de Vita Lopes, o famoso "Capitão James", foi presidido pela juíza da 1ª Vara e diretora do Fórum da Comarca de Ananindeua, Maria Soares Palheta, de 46 anos, que após realizar o sorteio dos sete membros do Tribunal do Juri Popular (composto de 4 mulheres e três homens), leu cerca de uma dezena de telegramas, endereçados por várias entidades e personalidades locais e internacionais, dentre elas a Anistia Internacional e a CUT pedindo Justiça.

Iniciado às 10 horas da manhã do dia 22 de janeiro, o julgamento teve lugar no ginásio de Esporte da vila de Marituba, município de Ananindeua, cerca de dois km do local onde o defensor da Reforma Agrária e dirigente do PCdoB, foi assassinado. Compareceram ao local centenas de lideranças populares: sindicais, comunitárias, além de parlamentares, como o deputado federal Haroldo Lima, PCdoB(BA), Socorro Gomes, PCdoB(PA) e Valdir Ganzer, PT(PA) e a ex-deputada Raquel Capiberibe, do Amapá. A Assembleia Legislativa do Pará, enviou uma comissão de deputados, composta, entre outros, por Newton Miranda, do PCdoB e José Priante, PMDB. Também esteve presente a dirigente comunista Elza Monerat.

A sessão de julgamento durou mais de 16 horas, encerrando-se às 4,30 horas, do dia 23 de janeiro, com a leitura da sentença que condenou Vita Lopes, a 21 (vinte e um) anos de prisão. Dona Cordolina, mãe de Paulo Fonteles, apesar da idade avançada, acompanhou todo o julgamento. Quando a Juíza Maria Soares Palheta leu a sentença condenatória de Vita Lopes, a plenária do julgamento explodiu de alegria e emoção. Tendo à frente os familia-



Enterro de Fonteles: protesto contra latifúndio

res do advogado dos posseiros e a militância do PCdoB e de outros partidos, a palavra de ordem que ecoou foi "Paulo Fonteles, a luta continua" e "Punição, punição, assassino na prisão".

A condenação de James Vita Lopes é um marco importante na luta contra o latifúndio no Pará, já que esta é a primeira vez que um agente do latifúndio e da pistolagem é levado ao banco dos réus, neste Estado.

A acusação do criminoso esteve por conta do Promotor de Justiça, Clodimir Assis Araújo, de 40 anos, auxiliado pelo advogado, Márcio Tomaz Bastos, que à época do assassinato de Fonteles, era o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Egídio Sales Filho, este vice-presidente da OAB-Pará. A assistência de acusação foi composta ainda, pelo advogado Jorge Farias, membro do PCdoB e integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, seção do Estado do Pará.

A acusação fez um relato importante sobre a vida de Paulo Fonteles, de sua dedicação aos interesses do povo, da perseguição que sofreu durante o regime militar, das ameaças de que foi alvo por parte dos poderosos e finalmente o preço que pagou, com sua própria vida, sem abdicar de suas idéias. Por outro lado, também, a acusação

fez um relato sobre a vida do réu. Mercenário, agente do DOI-CODI, bandido, "Rambo brasileiro", agenciador de pistoleiros, foram alguns adjetivos usados e provados contra Vita Lopes e que serviram para convencer os jurados a condená-lo.

O advogado de defesa de Vita Lopes, inconformado com o resultado, afirmou no final do julgamento, que vai recorrer do resultado. Por isso é importante a continuação desta batalha, já que ainda existem dois pistoleiros, que estão foragidos, Antônio Pereira Sobrinho e Osvaldo R. Pereira, além, é claro, dos mandantes que a polícia não indiciou, apesar dos indícios contra o latifundiário Joaquim Fonseca, proprietário da maior empresa de transporte fluvial do Norte e Nordeste do Brasil, Jonasa.

O presidente do PCdoB, João Amazonas, enviou telegrama à mãe de Paulo, Cordolina Fonteles e família, onde afirma: "A justiça tarda mas um dia acontece. A condenação do facinora assassino de Paulo Fonteles é vitória de luta camponesa e popular. O nome do saudoso camarada Paulo Fonteles ficará gravado na memória do povo brasileiro, como símbolo de luta pela terra e pela liberdade, contra os crimes dos latifundiários e pelo fim da impunidade."

## Símbolo da reforma agrária

Paulo César Fonteles de Lima, paraense de Belém, nasceu em 11 de fevereiro de 1949.

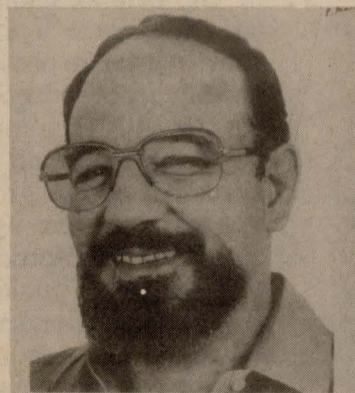
Em 1970, Paulo Fonteles recebeu a tarefa de organizar o movimento estudantil em Brasília e para lá se mudou, participando ativamente das lutas dos estudantes. Por essa atividade, em 6 de outubro de 1971, foi preso pelo famigerado DOI-CODI, sofrendo as mais bárbaras torturas.

Ao sair da prisão, Fonteles já militava no Partido Comunista do Brasil.

Em agosto de 1977, já formado em Direito, juntamente com inúmeros democratas, participa da organização da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SPDDH, sendo eleito seu Primeiro Presidente, em cuja gestão fundou o jornal "Resistência".

Contratado advogado pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, desenvolve intenso trabalho em defesa dos posseiros do Sul do Pará.

Em 1979, integra a Direção Regional do PCdoB - Pará, então na clandestini-



Paulo Fonteles

tidade, função que exerceu até sua morte. Em julho de 1981, com o apoio de sindicalistas e setores progressistas e democratas paraenses, Fonteles é eleito deputado estadual.

Considerado o deputado dos posseiros, era respeitado até por seus adversários mais ferrenhos, pela firmeza com que defendia seus ideais.

Em 1984, juntamente com a

seus amigos funda o Centro de Estudos e Apoio ao Trabalhador Rural - CEATRU.

Paulo Fonteles se destacou na defesa da Reforma Agrária, transformando-se em símbolo da luta pela terra no Pará e no Brasil. A reação não suportava assistir a contribuição deste ardoroso combatente do povo, e nos dias de votação do projeto de Reforma Agrária na Constituinte, de forma covarde, fria e traiçoeira o assassinaram em 11 de junho, quando viajava no ofício da profissão.

Sua morte causou imensa comoção por todo o Brasil. Seu corpo foi velado na Assembleia Legislativa do Estado por milhares de amigos e companheiros. Seu enterro se transformou num brado de protesto contra as forças do latifúndio, e contra a UDR e seus apaniguados, através de uma imensa passeata que atravessou a cidade de Belém com manifestações de revolta e solidariedade da população.

## NACIONAL



## LEI DOS PORTOS

## Atentado à soberania nacional

DILERMANDO TONI

A noite da última quarta-feira, 27 de janeiro, vai entrar para a história como a noite da traição. Foi nessa ocasião que a Câmara dos Deputados, pela maioria de seus membros, aprovou a "modernização" dos portos brasileiros, uma monstruosidade contra a soberania nacional e os direitos tão duramente conquistados pelos portuários.

O fundo da questão vem do fato de que o modelo de capitalismo dependente exige que o Brasil exporte mais e mais mercadorias a fim de pagar a dívida externa que já ultrapassa os 123 bilhões de dólares. Nada menos que 95% do comércio externo brasileiro passa pelos portos. Daí a necessidade de que os grandes monopólios controlem diretamente toda essa lucrativa atividade.

O projeto que a Câmara acaba de aprovar vem do período do governo de Collor de Mello que, aliás, tentou implantá-lo através de uma medida provisória. A chamada modernização dos portos é um dos pilares da "reforma estrutural" da economia de inspiração neoliberal, uma exigência de primeira grandeza dos armadores, dos exportadores, dos capitalistas estrangeiros, do FMI e do Banco Mundial que querem as mercadorias brasileiras mais baratas às custas da soberania nacional e dos direitos dos trabalhadores.

## Argumentos insustentáveis

A principal argumentação das elites dominantes é a de que o custo do embarque e do desembarque nos portos brasileiros é mais caro do que nos portos europeus e norte-americanos e que isso teria a sua origem no monopólio que os sindicatos de portuários exercem sobre a mão-de-obra e numa administração obsoleta exercida pelo Estado. A essência do projeto ataca então o que se chama de monopólio da mão-de-obra e abre caminho para a privatização dos portos, redefinindo o papel do Estado.

Numa campanha de grande volume, as elites mostraram números com-

parativos de custos, nos jornais e nas televisões. Montaram um poderosíssimo lobby no Congresso chefiado pelo exportador de aço Gerda.

Porque toda essa propaganda não disse uma só palavra sobre os motivos que levaram a que o Estado deixasse de investir na recuperação e na compra de novos equipamentos para os portos apesar de estar durante todo o tempo arrecadando impostos dessa atividade? A verdade é que propositadamente os portos foram sucateados a fim de que fossem mais facilmente privatizados. E mais que isso, porque não se mostra que um trabalhador europeu ou norte-americano ganha na atividade portuária de 4 a 5 vezes mais que os brasileiros. Porque os trabalhadores são apresentados como vilões e culpados dos altos custos portuários?

## Um grande retrocesso

Muito se falou no monopólio dos sindicatos, que isso representaria um atentado à "modernidade". Mas segundo o projeto, o monopólio agora passa a ser dos patrões que terão controle absoluto sobre o Órgão Gestor de Mão-de-Obra. A ele caberá fazer o registro de todos os trabalhadores portuários e fornecer a mão-de-obra necessária.

Muito se falou também nos interesses corporativos dos portuários que estariam a prejudicar o serviço nos portos. Esse discurso foi feito com o único propósito de encobrir o interesse de classe da burguesia.

Com o projeto-de-lei aprovado na Câmara está aberto o caminho para a privatização dos portos pois os terminais privados que utilizam qualquer tipo de mão-de-obra poderão operar com cargas de terceiros. A consequência disto é que os portos sob o controle do Estado serão ainda mais sucateados e os trabalhadores das estatais perderão seus empregos. Mas o projeto não dispensa totalmente a figura do Estado que deverá arcar, de agora por diante, com os custos dos serviços de dragagem. Em outras palavras, ao Estado

os ônus, aos empresários os lucros.

O projeto embute ainda uma manobra destinada a dividir os portuários e abater seu ânimo de luta. Fala de uma indenização média de 12 mil dólares para os trabalhadores que entregarem as suas carteiras do sindicato pois é através dela que é feito o controle da mão-de-obra.

## A luta vai radicalizar

Durante os quase dois anos que o projeto dito de modernização dos portos tramitou no Congresso Nacional aconteceu uma renhida luta entre interesses opostos. Os portuários realizaram nada menos que 17 greves em defesa de suas conquistas. A esquerda e particularmente o PCdoB ficaram ao lado dos portuários e dos interesses nacionais. Os deputados Aldo Rebelo e Jamil Murad estiveram várias vezes em Santos apoiando os trabalhadores em luta. O tom dissonante ficou por conta do deputado Roberto Freire, líder do governo e presidente nacional do PPS que à última hora se postou ao lado do PFL e dos empresários.

Em todas as assembléias e manifestações é grande a revolta dos trabalhadores. Numa dessas ocasiões, um portuário de Santos disse: "Quando nós entramos para a estiva nossas vértebras se transformaram em alavancas que não se dobram."

O presidente da Federação dos Estivadores, Luiz Braga, promete que a resistência vai prosseguir até que o presidente Itamar Franco veto o projeto de lei.

O estado de espírito dos trabalhadores portuários pode ser percebido nas palavras de Osvaldo Pacheco, líder histórico da categoria que foi deputado constituinte pelo PCdoBrasil em 1946: "O Congresso Nacional, o Judiciário, e mesmo Itamar Franco só irão decidir a nosso favor se nós elevarmos nosso nível de consciência e de ação... as ruas de Santos vão se transformar num mar de gente para barrar o neoliberalismo que quer privatizar os portos e jogar os trabalhadores na rua da amargura".

BANCADA  
COMUNISTA

## Contrabando e dumping

Depois de denunciar a empresa multinacional norte-americana Becton Dickison à Superintendência da Polícia Federal de São Paulo por prática de contrabando e dumping (comercialização de produtos abaixo de seu preço de custo e dos valores de mercado, com o objetivo de quebrar as concorrentes e, então, impor preços abusivos), o deputado Jamil Murad entrou com representação junto a vários órgãos contra a multinacional. O deputado solicitou a apuração de sonegação fiscal, e contrabando; que seja efetuada uma devassa fiscal e contábil na empresa; e que seja impedida de participar de concorrência para a Secretaria do Estado de São Paulo enquanto durar esta prática.

## Escravidão química

O deputado estadual da Paraíba, Simão Almeida (PCdoB) solicitou à Superintendência de Polícia Federal e ao Ministério da Justiça que investigue a utilização do Artane, um medicamento alucinógeno que inibe a fome e o cansaço, por trabalhadores rurais de todo o Estado. A denúncia de que os trabalhadores eram forçados, pelos fazendeiros, a ingerir o medicamento já havia sido feito pelo parlamentar e uma investigação da Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Estado comprovou a veracidade das denúncias. De acordo com Simão, o relatório comprova a existência do comércio clandestino do Artane e que o medicamento é utilizado em condições ilegais. Feito à base de atropina e escapolamina, o remédio atinge o sistema nervoso central, provocando alucinações e mudanças no comportamento. Os trabalhadores são obrigados a ingerir dois comprimidos por dia, pela manhã e outro antes de dormir. A polícia autou Francisco Ana-

nias Xavier, portador de 300 frascos do medicamento. Em depoimento, ele confessou que adquiriu o produto em nome dos fazendeiros do Estado. De acordo com Ananias Xavier, os fazendeiros, que não tiveram seus nomes revelados, informaram que após a ingestão do Artane, os trabalhadores produziram o dobro e nunca se cansavam.



Simão Almeida

## Licença-maternidade

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ) conseguiu, depois de uma longa luta, que o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, lhe concedesse licença-maternidade. Conquista das mulheres brasileiras na Constituição de 88, a licença-maternidade não estava prevista no Regimento Interno da Câmara. A deputada Socorro Gomes (PCdoB/PA) apresentou então, um projeto modificando o regimento, mas a deputada Sandra Starlin (PT/MG), presidente da Comissão que apreciou o projeto, deu parecer contrário. Felizmente, o presidente da Câmara teve uma posição mais avançada que a deputada petista e garantiu o direito de Jandira. No despacho ao requerimento enviado pela deputada, Ibsen Pinheiro afirma que "à vista do evidente valor social envolvido na proteção da gestação, da maternidade e do desenvolvimento da criança...", defiro a licença-maternidade de 120 dias". Segundo Jandira Feghali esta foi uma vitória importante porque deixa de considerar a gravidez como doença, substituindo a licença-maternidade por licença-maternidade. Outro ponto ressaltado pela deputada é que a Câmara resgata o espírito legislador constituinte.

## O contrabando do ouro brasileiro

Mais da metade do ouro produzido no Brasil é contrabandeado. Essa é a conclusão a que chegou o líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, após minuciosa investigação. Concretamente, entre janeiro de 1980 e dezembro de 1988, de uma produção real de 617,4 toneladas, apenas 193,7 foram registradas oficialmente, segundo dados do Ministério das Minas e Energia. As restantes 323,7 toneladas extraídas, simplesmente desapareceram. Assim o governo deixou de controlar um valor aproximado de 56 trilhões de cruzeiros ou 4 bilhões de dólares.

Segundo as apurações feitas por Aldo Rebelo, a maior parte do ouro contrabandeado sai do Brasil através da fronteira do Uruguai. As informações do próprio Departamento da Polícia Federal dão conta de que nos últimos 5 anos, nada menos de 50 toneladas de ouro foram encaminhadas ao Uruguai por via ilegal. Coincidentemente foi exatamente aí que Collor montou o pilar principal da farsa de sua defesa.

O contrabando de ouro - sem falar no contrabando de cassiterita, da prata, do nióbio e outros minérios - é feito em benefício de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, possibilitando o enriquecimento rápido de uma camada de aventureiros e especuladores. Ao lado do contrabando do ouro é bom que se lembre que cálculos de diversas fontes avaliam que os depósitos dos muito ricos brasileiros no exterior chega a se aproximar dos 50 bilhões de dólares, a maior parte dos quais saiu do país sem o menor controle das autoridades monetárias. Uma vez no exterior o dinheiro passa a ser protegido pelo sigilo bancário. Os bancos suíços, por exemplo, são preferidos para esses depósitos pelo alto grau de sigilo, que oferecem.

Aldo Rebelo denunciou o contrabando no Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que pediu que fossem tomadas providências imediatas para coibir essa prática. De acordo com o deputado do PCdoB seria necessário entre outras coisas que o efetivo da Polícia Federal fosse urgentemente aumentado pois a PF conta com apenas 66 homens para reprimir o tráfico ilegal de ouro ao longo dos 800 quilômetros de fronteiras do Brasil com o Uruguai.

Esse quadro chocante é completado com a tragédia dos milhares e milhares de garimpeiros que vivem jogados à própria sorte na Amazônia, obrigados a se dedicarem a essa atividade porque não têm outra forma de sobreviver.

### Jandira contra demissões

A deputada federal Jandira Feghali enviou telegrama ao presidente Itamar Franco, demonstrando preocupação com a situação dos funcionários arbitrariamente demitidos da Petrobrás. A comunista exige o reinício das negociações trabalhistas e a imediata reintegração desses funcionários à Petrobrás; a não privatização da empresa, tida como patrimônio e orgulho do povo brasileiro.

Com a desastrosa reforma administrativa do governo Collor, foram demitidos funcionários especializados, entre eles dirigentes sindicais com estabilidade, numa clara afronta à Constituição. Esses trabalhadores, desde 1990, estão em situação difícil porque, por sua especialidade profissional, têm mercado restrito. Num momento de crise, inflação e recessão, eles têm grandes dificuldades de se colocar no mercado de trabalho, circunstância que já levou ao suicídio três funcionários no Estado do Rio de Janeiro.

# Mercosul: contexto internacional

JUAN ALGORTA PLÁ

Professor Uruguaio lecionando na UFRGS

**A concepção de um mercado comum dos países do Cone Sul tomou força com a constituição de outros blocos econômicos. O principal interesse é do imperialismo americano que visa criar regiões de livre circulação para suas mercadorias.**

**E**m 26 de março de 1991 foi assinado o Tratado de Assuncion, que cria o Mercosul, reunindo a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai na iniciativa de criar um mercado comum regional. Depois de várias décadas em que os países buscaram o desenvolvimento industrial, a iniciativa de criar um mercado comum foi interpretada por muitas pessoas como mais uma tentativa no sentido de criar as condições para o crescimento econômico e social.

No entanto, observa-se que o texto do Tratado de Assuncion é extremamente enxuto, já que se limita a estabelecer um mecanismo de desgravação automático para as transações entre os países membros, de forma que as tarifas internas deverão desaparecer até janeiro de 1995. Neste sentido, poderíamos dizer que o Tratado é muito suscinto, já que deixa sem definição vários aspectos que mereceriam ter sido incluídos em vista de sua relevância econômica.

Efetivamente, o Tratado apresenta várias lacunas, entre elas a falta de definições sobre a forma em que os países poderiam retomar o crescimento industrial, ou seja, que falta uma política industrial e de desenvolvimento sócio-econômico. Da mesma forma fica indefinida a estratégia que deverá ser aplicada para melhorar o perfil de distribuição da renda, no contexto da integração multinacional que se cria. É evidente que os idealizadores do Tratado concordam na idéia de que o livre mercado seria capaz de organizar espontaneamente o processo de desenvolvimento sócio-econômico.

No entanto, a idéia da automaticidade do ajustamento econômico corresponde a uma formulação do século passado, que já foi contestada inúmeras vezes pelos economistas mais renomados, a começar pelo próprio Keynes. Hoje em dia, essa idéia está totalmente desacreditada, especialmente nos países desenvolvidos. O papel do Estado, como organizador do processo de desenvolvimento, se mostrou indispensável e não pode ser negligenciado.

Por outra parte, o Tratado determina a adoção de uma tarifa externa comum para os quatro países, que deverá ser aplicada a todas as mercadorias importadas de fora da região. A interrogante que surge em relação com a tarifa externa, é como poderão os países chegar a um acordo sobre o seu nível, sendo que durante muitos anos cada um aplicou uma política de comércio exterior própria e adequada às necessidades de sua própria economia.

Para compreender o processo de

integração deflagrado pelo Tratado de Assuncion, não é suficiente fixar a atenção apenas na sua letra. Pelo contrário, é muito importante observar simultaneamente, o contexto da economia mundial, que constitui o marco em que esse processo se inscreve.

### Contexto da economia mundial

As características desse contexto são reveladoras de profundos desequilíbrios. No início da década de 80 é deflagrada a crise financeira internacional que vinha se preparando desde vários anos antes e que afeta às economias dos países industrializados. Essa crise é tão generalizada que afeta até as economias de planejamento centralizado, que pareciam ter um funcionamento independente. Outra manifestação da crise econômica foi a ocorrência de distúrbios no comércio internacional, representados especialmente pelo protecionismo dos países desenvolvidos e pelo fracasso das negociações do GATT.

Outro fator que veio influir nas relações entre os países foi a forte expansão das firmas multinacionais alavancadas por avanço muito rápidos nas tecnologias de ponta, na produção, nos transportes e nas comunicações. O mercado mundial ficou assim interdependente, de forma que as decisões dos países, e às vezes de firmas individuais, passaram a ter repercussões amplificadas sobre o conjunto. O domínio da tecnologia passou a ser indispensável para se ter alguma chance de sucesso nessa concorrência amplificada.

Os países industrializados buscaram adaptar-se às novas condições do contexto econômico internacional, passando a municiar as suas firmas para enfrentar a concorrência comercial que tinha se intensificado a nível mundial. Fazendo parte dessa estratégia, observamos o renascimento das tendências protecionistas nos países que se diziam defensores do livre comércio.

Um ano antes da assinatura do Tratado de Assuncion, foi proclamada pelo presidente Busch a chamada iniciativa para as Américas (junho de 1990), que buscava criar uma região de livre circulação para as mercadorias da indústria norte-americana e para os capitais dessa origem, estendida a todo continente americano. Dois meses após a assinatura do Tratado de Assuncion (junho de 1991), é assinado o Tratado do Jardim das Rosas, também chamado de "4+1", estabelecendo o papel de sócio privilegiado para os Estados Unidos em relação ao Mercosul.

Por sua vez, os países subdesenvolvidos, entre eles os quatro países do Mercosul, se encontravam, no início dos anos 80, fortemente endividados, consequência dos empréstimos contratados no exterior, na década de 70. Junto com a dívida externa, a crise financeira colocou esses países em condição muito difícil, já que desapareceram os empréstimos de exterior, e ao mesmo tempo aumentaram os encargos por conceito de juros sobre a dívida contraída.

O sistema financeiro internacional, incluindo os países industrializados representados pelas instituições multilaterais que eles dominam (FMI, Bird, etc.), passou a ditar as políticas econômicas que deveriam ser seguidas pelos países endividados, com o objetivo central de garantir o pagamento pontual dos juros e amortizações da dívida externa. Efetivamente, quaisquer concessões em termos de adiamento dos prazos dos vencimentos, só era obtida em troca do compromisso dos governos de adotar medidas de política interna.

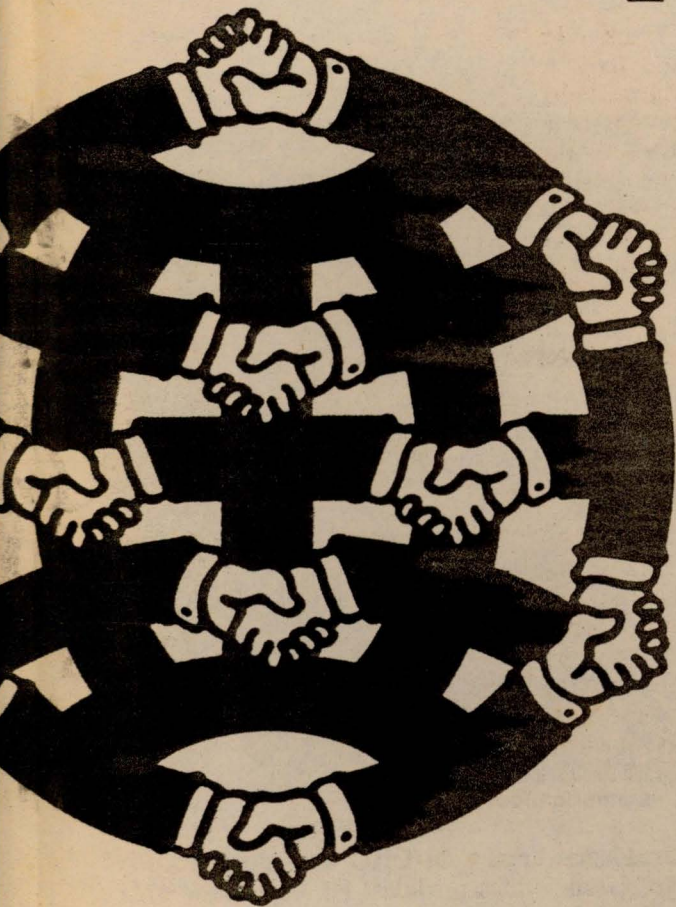
### Política de ajustamento recessivo

O conjunto das imposições dos credores internacionais ficou conhecido como "política de ajustamento recessivo", já que obrigava os países devedores a adotar políticas recessivas, baseadas na restrição ao crédito e na elevação das taxas de juro, que significaram o abandono de todo plano de crescimento econômico. A recessão que se instalou como consequência dessas políticas, teve um altíssimo custo social, visto que elas se orientaram para a diminuição do consumo, para a redução de investimento e para o corte do gasto público.

O mais grave é que estas condições recessivas não apresentam qualquer início ou tendência que permita visualizar a sua superação, nem a médio e nem a longo prazo. Pelo contrário, a situação de sub-emprego, baixos salários e miséria generalizada, tende a perpetuar-se indefinidamente. O desgaste natural dos bens de capital que tinham sido acumulados anteriormente e que não podem ser substituídos, a causa das condições recessivas, permite prever um futuro de estagnação e de dificuldades crescentes. Transcorrida já uma década de aplicação de tais políticas, a dívida externa não foi reduzida, antes pelo contrário, ela manteve o seu valor



# Internacional e perspectivas (\*)



praticamente inalterado.

Nessas condições, a distribuição da renda se polarizou a extremos nunca vistos anteriormente. Os extratos sociais mais pobres ficaram miseráveis, enquanto que uns poucos grupos econômicos passaram a auferir receitas extraordinárias. A queda no poder aquisitivo dos extratos populares desestimulou o investimento, especialmente na produção de bens destinados ao mercado interno, privilegiando àqueles setores empresariais que produzissem para exportar.

Efetivamente, estas políticas ocasionaram fechamento de muitas empresas, provocando demissões massivas. A arrecadação do governo caiu fortemente como consequência da queda no nível de atividade econômica, o que provocou o endividamento do setor público e limitou severamente a capacidade do governo de formular políticas, em vista da falta de recursos.

Os cortes nefastos nos gastos públicos inicialmente restritos ao investimento, atingiram progressivamente às atividades de educação e as despesas com saúde pública, assim como os gastos com programas de moradia popular e até houve falta de pagamento. Finalmente, estamos presenciando tentativas de resolver o déficit público através das vendas das empresas estatais a grupos econômicos privados, em muitos casos estrangeiros.

A pesquisa científica e tecnológica resultou afetada pelos cortes nos gastos públicos, eliminando a possibilidade de gerar tecnologias próprias que permitissem no futuro, enfrentar com sucesso a concorrência cada vez mais acirrada das firmas estrangeiras. No mesmo sentido é preocupante o corte de verbas públicas para a educação em todos os níveis.

No entanto, do ponto de vista de seu

objetivo central, o pagamento pontual dos juros da dívida externa, a política de ajuste recessivo pode considerar-se bem sucedida, já que possibilitou que os países fizessem saldos comerciais muito grandes, exportando mais do que importavam. O saldo comercial gerado em base ao menor consumo e à contenção do investimento, se destinou para o pagamento do serviço da dívida externa ou para o acúmulo de reservas em moeda estrangeira no Banco Central.

O acúmulo de reservas em divisas, em forma simultânea com a redução do investimento e do consumo, que significaram o abandono dos planos de desenvolvimento, constitui um dos maiores absurdos da política de ajustamento recessivo. Uma explicação para este comportamento, estaria na tentativa de preparar estes países para uma eventual experiência de dolarização da economia, ao estilo argentino (Plano Cavallo), já que o volume de reservas acumulada supera de longe as necessidades técnicas para garantir um funcionamento correto dos mecanismos financeiros. Em todo caso, essas reservas, hoje em dia em torno dos 20 bilhões de dólares no Brasil, estão a indicar a falta de vontade política de importar os bens necessários para retomar o crescimento.

É neste contexto de abandono dos planos de crescimento, de desindustrialização e de renúncia do Estado neoliberal a assumir o seu papel na condução econômica, que se inscreve a iniciativa do Mercosul. O Mercado Comum deverá permitir a livre circulação das mercadorias produzidas pelas filiais das empresas multinacionais, favorecendo apenas às empresas maiores. Trata-se de uma mudança radical no modelo de desenvolvimento em relação com o modelo de industrialização que se tentou implantar ao longo de várias décadas, entre 1930 e 1980, já que o que se propõe é a criação de um espaço ampliado, aberto à livre circulação de

mercadorias, que oportunize lucros extraordinários para algumas poucas superempresas, ao lado dos vastos extratos sociais marginalizados do consumo.

Nesse contexto, não devemos esperar que o Mercosul venha restabelecer as condições para o crescimento econômico, oferecendo condições melhores de vida para os largos extratos sociais que hoje permanecem marginalizados na sociedade de consumo. Esse projeto faz parte do plano idealizado pelos credores internacionais, com a finalidade de viabilizar o pagamento da dívida externa, através dos cortes no consumo e no investimento.

Como alternativa, entendemos que os interesses dos extratos populares seriam melhor atendidos por uma política de retomada do desenvolvimento industrial, que favorecesse os investimentos, e através de uma gestão monetária menos restritiva, o que sem dúvida significaria uma elevação nos níveis de emprego e consumo. No entanto, isso significaria contrariar as orientações dos credores internacionais, já que as divisas obtidas com a exportação deveriam ser dedicadas à compra de bens de capital, de bens intermediários e das matérias primas, necessárias para sustentar esses investimentos. Certamente, seria necessário limitar as remessas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

Para viabilizar um plano de retomada do crescimento, incluindo a elevação do consumo interno e a melhoria no perfil da distribuição de renda, seria necessário que os governos dos países endividados adotassem a firme decisão de negociar, com os credores internacionais, condições mais favoráveis para o pagamento da dívida externa e do seu serviço. No entanto, uma tal atitude por parte dos governos na negociação da dívida externa, só pode ser imaginada, em caso de que o movimento popular nos países devedores seja suficientemente forte e organizado para reivindicar seus direitos em relação com a manutenção de níveis decorosos de consumo. Esta é a dimensão política do problema econômico.

Em síntese, entendemos que no contexto de um processo de desenvolvimento, a integração regional retomaria seu velho charme. Os países subdesenvolvidos encontrariam na cooperação as condições para voltar a crescer juntos, maximizando o aproveitamento dos escassos recursos produtivos de que dispõem, para enfrentar a acirrada concorrência produtiva internacional. A elevação dos fluxos de comércio intraregional, voltaria a significar um maior nível de atividade produtiva, um maior índice de emprego e melhores salários. Uma organização política forte e de larga base popular é a condição para que a integração regional possa favorecer a retomada do desenvolvimento com chances de sucesso.

## Decreto desacelera privatizações

DILERMANDO TONI

O presidente da República, Itamar Franco, assinou dia 19 de janeiro passado o decreto que regulamenta e fixa as novas normas para a privatização das empresas estatais. Não há uma interrupção definitiva com o processo que vinha se dando sob o governo de Collor de Mello; no entanto, há modificações importantes quanto aos procedimentos, o que implicará numa desaceleração do ritmo em que vinham sendo vendidas as empresas do Estado. Dessa maneira, pode-se dizer que agora são melhores as condições para que a sociedade discuta em maior profundidade esse importante tema da agenda nacional.

O decreto não agradou às multinacionais a julgar pelas declarações recentes do presidente da Câmara de Comércio Brasil/EUA prevendo o "desinteresse" dessas companhias a partir das novas regras. Para que seus interesses fossem atendidos seria preciso continuar vigorando as normas "colloridas". Estas possibilitaram que do total da venda das quase 20 empresas estatais somente 1,1% fosse arrecadado em moeda corrente.

Uma análise resumida do novo decreto poderia ser assim descrita:

1 - A direção do processo de privatizações sai das mãos do BNDES, onde reinava o entreguista Eduardo Modiano e passa às mãos de uma Comissão Diretora, subordinada diretamente à Presidência da República, cujos membros deverão ter seus nomes aprovados pelo Congresso Nacional. À Comissão caberá decidir caso a caso sobre todas as fases da venda de uma estatal, desde as avaliações até a distribuição da proporção acionária dos possíveis compradores.

2 - A avaliação do patrimônio das empresas a serem privatizadas passa a ser mais rigorosa. A Comissão Diretora não poderá, em nenhuma hipótese, optar pela avaliação mais baixa; em caso de grande disparidade nas duas primeiras avaliações será feita uma terceira.

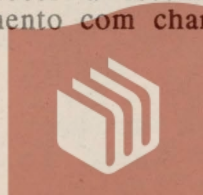
3 - O texto do decreto coloca em várias ocasiões que o controle acionário das empresas vendidas deve ser feito de maneira a propiciar a pulverização das ações evitando o monopólio.

4 - Fica mantida a decisão do capital estrangeiro não poder participar além de 40% do novo capital votante. Só o Congresso Nacional poderá autorizar uma participação que exceda a esse percentual.

5 - O uso de moedas podres de manobra indiscriminada tal como vinha sendo feita fica agora mais difícil. O percentual passa a ser decidido caso a caso.

6 - O decreto presidencial veda a participação no processo de privatização das entidades de previdência das empresas públicas. Este ponto, bastante polêmico, é justificado pelo governo com o argumento de que as empresas estatais continuam a ser estatais se compradas por tais fundos. Representa um retrocesso em relação à legislação anterior. Como se sabe, os fundos de previdência de estatais vinham participando do processo de privatização; no caso da Acesita, por exemplo, conseguiram frustrar os interesses da Usiminas (já privatizada) em adquirir a empresa.

Em termos concretos, mesmo o novo calendário de privatizações proposto pelo governo de Itamar Franco não será cumprido. É que o Congresso Nacional dificilmente terá condições de apreciar os nomes da Comissão Diretora durante o período de sua convocação extraordinária em curso. Com isso, será ganho mais tempo importante para que se estruture melhor o movimento em defesa das estatais.



\*artigo exclusivo para  
A Classe Operária

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Movimento Operário

## INTERNACIONAL

Xô, monarquia  
Viva a República

JOSÉ CARLOS RUY

Os reis são educados para governar - este é um dos principais argumentos dos monarquistas a favor do anacronismo que querem ressuscitar.

Os acontecimentos que, nos últimos meses, envolveram a família real britânica são uma ilustração irônica dessa tese. Divórcios tumultuados, intimidades expostas em tablóides sensacionalistas, queda na adesão popular à monarquia, debate público entre a rainha e o governo para ver quem pagaria o prejuízo causado pelo incêndio do palácio de Windsor, pressões para a rainha voltar a pagar impostos - estes são alguns dos acontecimentos que fizeram uma verdadeira radiografia do desempenho dessa forma de governo na Grã-Bretanha - cuja monarquia, a mais importante do mundo, é modelo para muitos partidários de cabeças coroadas, além de ser a mais rica entre as famílias reais.

O retrato em negativo revelado por essa radiografia é prosaico: o comportamento dos membros da família real britânica tem a mesma vulgaridade plebéia que os membros das classes dominantes também exibem, a mesma irresponsabilidade calçada nos privilégios da elite. Sem a aura santificante que o direito divino dava aos reis no passado, e que fundamentava o absolutismo, os membros dessa confraria que sobrevive aos costumes medievais revelam o que são: comuns mortais, exatamente como todos os outros homens e mulheres. A exposição pública de suas intimidades e privilégios radicaliza o ideal republicano de igualdade dos homens: os reis e cortesãos não passam de gente comum, cuja notoriedade está ancorada em preconceitos milenares que ainda não foram erradicados.

Afinal, as famílias reais são sustentadas pelo Estado, apesar da fortuna dos reis. Elizabeth II, a mulher mais rica do mundo, cujo patrimônio é avaliado entre 10 a 15 bilhões de dólares, recebe anualmente 16 milhões de dólares do Tesouro britânico. O conjunto da família real custa ao ano a bagatela de 85 milhões de dólares ao governo inglês - e isso tudo era, até o ano passado, isento de impostos. Em novembro de 1992, com o barco fazendo água, precavidamente Elizabeth II anunciou que passaria a contribuir ao erário, como qualquer cidadão comum.

A oficialização da separação de Charles e Diana agravou os problemas. As indiscrições sensacionalistas da imprensa (que revelaram conversas telefônicas de Charles e Diana com seus amantes) é apenas decorrência da crise da família real. Os problemas que a separação trazem para a monarquia parecem coisa de folhetim, embora sejam levados a sério. O rei da Inglaterra é, também, o defensor da fé, o chefe da Igreja Anglicana, e não ficaria bem um líder religioso separado ou, pior, casado pela segunda vez. Outra trompada no cerimonial seria a coroação dupla dos herdeiros de Elizabeth II, com Charles e Diana chegando em carruagens diferentes para a cerimônia.

Isso para receberem uma coroa cada vez menos querida pelo povo. Em maio passado, uma pesquisa mostrou que 45% dos ingleses achavam que a monarquia podia ser extinta (em 1984, apenas 23% pensavam assim). Além disso, 59% dos jovens não apóiam a monarquia, diz o Gallup (dados de julho de 1991).

Os reis ingleses e seus familiares sempre foram dados a escândalos. Isso não é novo. A novidade é que, em tempos democráticos, o povo quer que os governantes paguem impostos, custeiem seus próprios gastos, e tenham uma vida discreta, como todo mundo. Os brasileiros, em 1992, varreram da presidência uma camarilha que se achava - como os monarcas britânicos - acima dos cidadãos comuns. Enquanto o povo inglês parece não querer mais esse tipo de coisa, no Brasil tem gente com saudade de problemas desse tipo.

## Continua agressão dos EUA

LEJEUNE MATO GROSSO

Sociólogo e professor da Unimep

Ao encerrar seu mandato de oito anos como presidente dos Estados Unidos, o ex-presidente George Bush o fez do jeito que gosta: deixou atrás de si um rastro interminável de sangue e lágrimas das milhares de famílias iraquianas que tiveram seus membros mortos pelos ataques covardes perpetrados pela aviação americana.

Até 20 de janeiro, último dia de seu mandato, Bush havia atacado até mesmo a capital Bagdá, atingindo alvos civis, como o principal hotel da cidade. Tais bombardeios, sejam nos alvos chamados militares ou civis, por estarem sendo realizados de alturas superiores a 3 mil metros, tem tido erros de mais de 60%, o que desmoraliza ainda mais os agressores.

## O que muda com Clinton?

No mesmo dia 20 de janeiro, posse do novo presidente, os bombardeios à Bagdá não cessaram, como era de se esperar em uma transição de governo. O próprio Clinton, declarou nesse dia que os bombardeios ocorriam não pelo fato de ser esta uma decisão de Bush, mas do "governo americano" e tal política não deverá ser alterada, pelo menos a curto prazo.

Na verdade, o novo presidente tem mais do que um problema pela frente, que são essencialmente os seguintes: a) crescente envolvimento de tropas americanas em conflitos no exterior; b) a ocupação militar da Somália; e c) o conflito na Bósnia-Ezergovina, entre sérvios e croatas. Secundariamente, ainda persistem conflitos em Angola, Moçambique, África do Sul, continua a ocupação do Canal do Panamá, obtida através de uma invasão militar a esse país, e persiste o bloqueio à Cuba.

Não há ainda sinais de alterações na política externa americana. O próprio discurso de posse do novo presidente fala na necessidade do "uso da força sempre que necessário..." (sic). A plataforma central de campanha de Clinton, foi centrada no fato que Bush gastou muito mais em atividades externas e pouco se preocupou com a economia americana, que está caótica e em profunda recessão.

## Coalizão ameaçada

Um dos problemas do novo governo, na política externa, será manter a coalizão que foi formada por ocasião da guerra no Golfo em 1991. A época juntaram-se os EUA, a Inglaterra, a França e a ex-URSS e mais 27 outros países, que enviaram tropas para combater o Iraque, para "fazer cumprir as resoluções da ONU..."

Na atualidade, é tamanha a agressividade dos ataques, todos não autorizados pela ONU e até envolven-



Fábrica alvejada por mísseis americanos

do alvos civis, que há dificuldades para manter essa coalizão. Desta vez, ocorrem divisões no bloco de países alinhados com os Estados Unidos.

Particularmente com os governos árabes, ainda que a Arábia Saudita e o Kuwait continuem ocupados militarmente pelos Estados Unidos e suas bases aéreas ainda estejam sendo utilizadas pelos caças americanos, ocorre que desta vez a Liga dos Estados Árabes, que reúne os 20 países e a OLP, tem tomado por unanimidade, posições que condenam os ataques.

A mídia impressa e televisada pouco destaque tem dado a essas notícias dos árabes. Mas as fissuras na coligação vão mais além. A França condenou todos os bombardeios à capital do Iraque (ainda que nos primeiros ataques ao sul do país, seus caças também tenham participado). A Rússia, através da sua Chancelaria, emitiu várias notas condenando os ataques de forma generalizada. Ameaçou convocar uma reunião extraordinária do Conselho para tratar da questão se os ataques não fossem interrompidos.

É possível que os ataques diminuam ou até mesmo cessem, na medida em que o novo governo precisa criar um clima de destensioamento na região e não pode perder nenhum dos seus tradicionais aliados árabes. Isso não só pelo aspecto comercial - cujo volume de vendas não é pequeno, mas pelo aspecto geo-político e estratégico do Oriente Médio e o que aquela região significa para os planos americanos em uma tentativa de controlar o planeta.

Dois pesos e duas medidas. O fator que mais irritou a comunidade internacional e não somente os árabes em particular, é exatamente o fato do Conselho de Segu-

rança da ONU usar dois pesos e duas medidas. Há hoje quase uma dezena de resoluções desse órgão de poder, que condenam, enfaticamente, os governos de Israel e da Bósnia, por exemplo, e nada se faz contra esses mesmos países.

Na prática, nenhuma dessas resoluções acabou tendo efeito legal. Servem, quando muito, para propaganda. O caso de Israel é mais desastroso para a política americana. A condenação desse país pelo Conselho de Segurança da ONU, que se posicionou contra as deportações de palestinos de suas terras, contou com o voto até mesmo do próprio EUA. No entanto, o governo de Yitzhak Rabin tem declarado aos quatro cantos que Israel não mudará a sua posição, desrespeitando a ONU. Só no caso dos palestinos o desrespeito atinge as resoluções de números 605, 607, 608, 636, 681, 726, 749 e 799.

Nesse quadro, além do completo cessar fogo na região, espera-se que a própria ONU levante o embargo internacional decretado ao Iraque, que impede até a entrada no país de medicamentos e alimentos para a sua população, e que seja comercializada a sua única fonte de renda, que é o petróleo.

Espera-se ainda que os palestinos voltem imediatamente às suas terras, os territórios ocupados por Israel e que sejam suspensas pelos EUA as zonas de exclusão aérea acima do paralelo 36 e abaixo do 32, imposta ao Iraque, que a soberania nessas regiões. Não se pode admitir a divisão de um país árabe por parte de uma potência estrangeira.

Não haverá como as negociações de paz prosseguirem envolvendo Israel, Síria, Jordânia, Egito, Líbano e a OLP - todos com problemas de fronteiras, se algumas medidas concretas nesse sentido, não tiverem sido tomadas por parte dos israelenses e americanos.

CDM

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## INTERNACIONAL

## Condenação de N. Hoxha causa repúdio

JOSÉ REINALDO CARVALHO  
Membro do Comitê Central do PCdoB

Chegou ao fim no último dia 27 o julgamento de Nexhmije Hoxha. A viúva do líder albanês foi condenada a nove anos de prisão, num processo judiciário que se revelou como uma encenação meticulosamente programada há cerca de dois anos pela direita retrógrada e revanchista que se encontra no poder na Albânia.

Muito ao contrário do que propalou o governo direitista do Partido Democrático, que tentou imputar falsamente a Nexhmije Hoxha a acusação de "desvio de verbas" e "abuso do poder", a

condenação não se volta apenas contra uma cidadã, cuja inocência ficou, aliás, sobejamente demonstrada, mas visa atingir a liderança da histórica luta de Libertação Nacional que conquistou, há cinco décadas, a independência do país. As armas usadas por Sali Berisha (atual presidente da República), e seu grupo foram as mais abjetas.

Visaram atizar o imaginário popular, acerca de uma suposta vida nababesca por parte da família Hoxha. Falou-se de contas secretas na Suíça, de ouro retirado aos cofres do Estado, de mobília luxuosa, de despesas domésticas excessivas. Uma a uma as acusações não re-

sistiam às verificações feitas.

Por esse crime (sic!), por esta "malversação do dinheiro público (sic!)", uma anciã de 73 anos que desde a adolescência dedicou toda a sua vida à causa da libertação de sua pátria e à construção do socialismo é condenada a nove anos de prisão, o que praticamente equivale, nas circunstâncias da sua idade e estado de saúde, à prisão perpétua.

A indignação que a atitude dos algozes de Nexhmije Hoxha desperta assume, assim, não apenas o caráter de uma posição política, mas, também, de uma postura humanitária. Não pode um cidadão, qualquer que seja seu credo ou po-

sição político-ideológica, quedar-se indiferente diante da decisão do tribunal albanês e deixar de manifestar seu mais vivo repúdio.

A condenação de Nexhmije Hoxha a nove anos de prisão encerra uma candente lição que deve ser tomada em consideração como sinal destes tumultuados tempos de fim de século: onde o socialismo ruiu, na seqüência das rebeliões contra-revolucionárias insufladas pelo imperialismo e a reação mundial no Leste e Sudeste da Europa e na URSS, inimigos não só do progresso social, mas também da democracia e dos direitos humanos.

## A defesa de Nexhmije Hoxha

Foi a própria Nexhmije Hoxha que apresentou sua defesa diante do Tribunal que a acusava de falsos crimes. Publicamos trechos dessa contundente defesa:

"Eu não estou de acordo com a ata de acusação que apresentam contra mim as duas acusações seguintes: 'Desvio de fundos públicos e abuso de poder em cargo oficial acarretando danos econômicos'. Não estou de acordo porque, como demonstrei no curso desse processo, os dados citados são tendenciosos e eu não feri nenhuma lei.

Esses procedimentos judiciais, como ilustra perfeitamente a ata de acusação, visam convencer a opinião pública que a questão é econômica, enquanto na realidade esses procedimentos são de natureza política. Minha prisão e as acusações feitas contra mim revelam inequivocamente que o objetivo das forças políticas no poder é de me desacreditar aos olhos do povo, não pela minha pessoa, mas por ter sido a companheira de Enver Hoxha, aquele que ocupou a função de autoridade máxima deste país durante cerca de meio século. (...)

O fato é que a soma dos danos econômicos inicialmente citados foi reduzida em 78,8% após as verificações de especialistas, o que mostra a tendência de certas forças decididas a exagerar as acusações contra mim por motivos políticos já citados. (...)

A ata de acusação, que li aqui, é, na verdade, a terceira desde que fui presa em 4 de dezembro de 1991, há pouco mais de um ano. Não baseio minha defesa nessa irregularidade do procedimento judicial, mas a razão disso é que não se encontrou base jurídica nem base política para fundamentar minha culpa e que, por uma razão ou outra, antes ou durante cada acontecimento político importante no país, meu processo foi citado. É a terceira vez que me preparo para comparecer diante do tribunal, todas as vezes para responder à uma ata de acusação diferente. Fica claro para todos que são políticos os motivos que levaram à minha prisão em regime de solitária. Mais de uma vez o antigo chefe do Partido Democrático e o atual Presidente da República, M. Sali Berisha, declarou, em entrevistas ou à imprensa, que Nexhmije Hoxha não estava sendo perseguida por motivos políticos mas sim por desvio de importantes verbas públicas, enquanto que na realidade *minha prisão foi uma das quatro condições exigidas para a continuação do governo de estabilização.*

Se as acusações contra mim não passassem de desvio de verbas públicas, então



Nexhmije e Enver Hoxha no período do socialismo na Albânia

porque tiveram de tomar a medida extrema de me prender, de me impor um penoso isolamento, sem que pudesse jamais sair para tomar ar fresco e ver a luz do dia durante um ano inteiro, tanto no inverno como no verão?

Não, eu fui presa por razões políticas. Ademais pelo ódio que eles alimentam pelo nome que carrego e pela febre revanchista que eles nutrem, alguns à frente do Partido Democrático, ainda quando não estavam no poder, se colocaram como objetivo exercer abertamente pressão sobre certas pessoas (a alusão é feita ao presidente Ramiz Alia e aos socialistas) a fim de que eles (os chefes do Partido Democrático) pudessem fazer a lei, fazer o que quisessem, forçar os líderes a se demissionarem e convocar as eleições quando lhes fosse conveniente. (...)

De tudo, o que aparece claramente, é que não fui eu que exigi privilégios. Pessoas em postos de responsabilidade no partido e no Estado acharam por bem naquela época de não mudar em nada as condições anteriormente exigidas por minha atividade política, pela manutenção dos laços com o povo e para receber personalidades que vinham do exterior. Tudo isso me foi concedido não a título pessoal mas enquanto presidente da Frente Democrática e como militante de mais de cinquenta anos de vida política. E isto não era para satisfazer minhas necessidades pessoais mas, para servir unicamente ao Partido, ao poder e ao Estado albanês.

Um bom número desses acontecimentos ocorreram em decorrência de diretivas superiores. No caso da recepção de certas personalidades ou de certas delegações estrangeiras vindas à Albânia, julgava-se às vezes que as visitas não deviam ser feitas em função do partido mas sobretudo em função dos altos escalões do Estado. Fazia-se então apelos a mim enquanto presidente da Frente Democrática da Albânia. Algumas dessas recepções eram acontecimentos públicos, sujeitos a notícias na imprensa e na televisão. (...)

## As taças de café

Eu considero que as questões que fui chamada a responder acerca das taças de café que eu teria tomado gratuitamente nos últimos cinco anos são ridículas: tomemos o exemplo do Palácio das Brigadas onde por mais de cinco anos não pisou os pés, salvo duas ou três vezes por ocasião de jantares oficiais aos quais fui convidada, ou ainda do aeroporto de Rinas onde fui duas ou três vezes. Eu jamais pedi café, nem para mim, nem para ninguém, nem mesmo nas cidades onde fui convidada e onde fui a trabalhar, mesmo se hoje não posso descrever que refeições eu fiz. Onde foram desenterrar esses recibos feitos e assinados por outros e não por mim, que aparecem após cinco anos e provam com tal precisão de que eu bebi oito mil taças durante a minha vida política ou seja uma média de cinco a seis por

dia? O mais ridículo é que, por razões de saúde, eu não bebo mais que um café por dia, de manhã em casa, e quando faço visita a alguém. Esse não é meu hábito de oferecer qualquer coisa aos outros, fora de casa, nos hotéis e nos clubes, como fazem os homens. Portanto a soma de 25.553 leques, ou cerca de 255 dólares, não foram consumidos por mim. (...)

## Os presentes aos médicos estrangeiros

Quando li na ata de acusação sobre os presentes que tínhamos dado aos médicos estrangeiros, eu disse: 'que vergonha se nossos amigos médicos vissem isso!' Fiquei escandalizada quando li na primeira página do jornal que o primeiro ministro Adil Çarçani foi privado de sua imunidade parlamentar porque, dentre outras coisas, ele teria dado presentes aos médicos que o haviam acompanhado e operado. Será que um primeiro ministro ou uma personalidade conhecida não teria o direito de dar um presente aos médicos que lhe dizem: 'É uma honra para nós de nos confiar a saúde dos dirigentes do Estado'.

Não posso falar pelos outros, mas sei que no meu caso, vários professores franceses eminentes com quem tinha feito consultas, recusaram o pagamento. Durante os dez anos ou mais em que nossos médicos consultaram a equipe médica francesa sobre a saúde de Enver Hoxha (e mesmo quando alguns vieram à Albânia), esses médicos não aceitaram pagamento nenhuma vez. Dar um presente a esses médicos era um gesto modesto de amizade e reconhecimento.

Por isso considero mesquinho e politicamente infantil mencionar semelhantes questões, sem falar em publicá-las. Eu não entendi o que se diz na ata de acusação a propósito do benefício 'material' que tínhamos obtido com esse gesto! Com esses presentes não apenas honramos nosso país e nosso povo, como fizemos amigos, amigos da Albânia. (...)

E vejam. Por tudo isso que relatei, me prenderam, me jogaram na prisão em regime de solitária durante mais de um ano. Estou aqui diante desta corte por essa razão. Estou perfeitamente tranquila diante do que se decidirá sobre mim. Estou perfeitamente consciente de não ter cometido nenhum malefício de que me acusam e de estar inocente perante a lei. Finalmente, apelo às instâncias jurídicas de examinar bem, durante este processo, todas as provas e todas as testemunhas necessárias, de tirar as conclusões justas de pronunciar um veredito imparcial, apoiando-se unicamente na lei, condenando a mim e aos outros culpados desses atos."

## MOVIMENTOS

## Metalúrgicos de Betim escolhem nova direção

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG) tem eleição marcada para os dias 10, 11, 12 e 13 de fevereiro. Duas chapas concorrem à direção do Sindicato, que atualmente é dirigido pela Corrente Sindical Classista. A base da categoria tem 23 mil trabalhadores, sendo 13 mil só na Fiat. Edmundo Vieira, da CSC, concorre à reeleição. A outra chapa é vinculada à CUT pela Base, composta por ex-integrantes da CSC que têm assumido uma postura de tentar desgastar a direção do Sindicato e a própria entidade desde que deixaram a CSC. A chapa da Corrente Sindical Classista foi formada em uma convenção da CUT, a partir de uma assembléia do Sindicato, que determinou o critério de 50% mais um de aprovação para participar da chapa.

## Metalúrgicos de São Paulo

A Corrente Sindical Classista continua investindo na tentativa de formar uma chapa única de oposição para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No último dia 18, uma plenária realizada na CUT Nacional com lideranças metalúrgicas e entidades vinculadas à CUT debateu o assunto. A posição da CUT pela Base têm sido de formar uma chapa exclusivamente cutista, enquanto a Articulação e CSC defendem a participação na chapa de integrantes da Central Geral dos Trabalhadores. "Fora Medeiros" é o lema dessa articulação unitária que pretende tirar do Sindicato o defensor do projeto neoliberal entre os trabalhadores.

## Greve contra demissões

Os 1,5 mil funcionários da DZ Engenharia, Equipamento e Sistemas, da Unidade de Sertãozinho (SP) voltaram ao trabalho no dia 26 de janeiro, após dezoito dias de greve em protesto contra o fechamento do setor de fundição da empresa e a dispensa de 270 empregados. Em assembléia realizada na porta da fábrica, os trabalhadores aceitaram as propostas negociadas entre a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto. Pelo acordo, todos os trabalhadores terão estabilidade no emprego até o dia 31 de março.

## UNE retorna a Ibiúna

A União Nacional dos Estudantes vai retornar a Ibiúna nos dias 12 a 14 de março, para realizar o 39º Conselho Nacional de Entidades Gerais. Com esta atividade a UNE pretende relembrar o histórico 30º Congresso de outubro de 68, onde mais de 800 estudantes foram presos pela ditadura militar. Além do sentido histórico, este Conselho tem importância porque vai preparar o 43º Congresso da UNE, que será realizado em junho, aprovando o seu regimento interno, os critérios para tirada de delegados, o local e os dias do encontro. O Coneg dará também o pontapé inicial na luta pelo rebaixamento das mensalidades nas escolas particulares e organizará o plebiscito nas universidades sobre o sistema de governo, que será realizado no final de março e início de abril.

## Parlamentarismo

O movimento Parlamentarismo e Democracia, integrado por partidos e representantes de diversas organizações e o Centro Cultural Cândido Mendes patrocinaram um seminário no Rio de Janeiro visando aprofundar o debate sobre o parlamentarismo. O seminário foi realizado no Teatro João Theotônio, no dia 25 de janeiro, e teve três mesas de debates, que contaram com a participação do presidente do PCdoB, João Amazonas, do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar e de representantes do PT, PPS, PSB, PSDB e PV.

## UNE faz congresso em junho

Com o objetivo de traçar as metas para 93 e avaliar a atuação da entidade no ano que passou, a União Nacional dos Estudantes reuniu no final de dezembro, em Brasília, seu Conselho Nacional de Entidades Gerais, constituído pelos diretórios centrais de estudantes e UEE's. O encontro deliberou que a UNE deve manter sua posição de independência frente ao governo de Itamar Franco. O próximo congresso da entidade será realizado em junho, com o local ainda a ser definido. Para saber dos projetos e propostas dos estudantes para 93, A Classe conversou com Lindbergh Farias, presidente da UNE.

**Classe - O que o Coneg deliberou sobre a posição da UNE em relação ao governo Itamar Franco?**

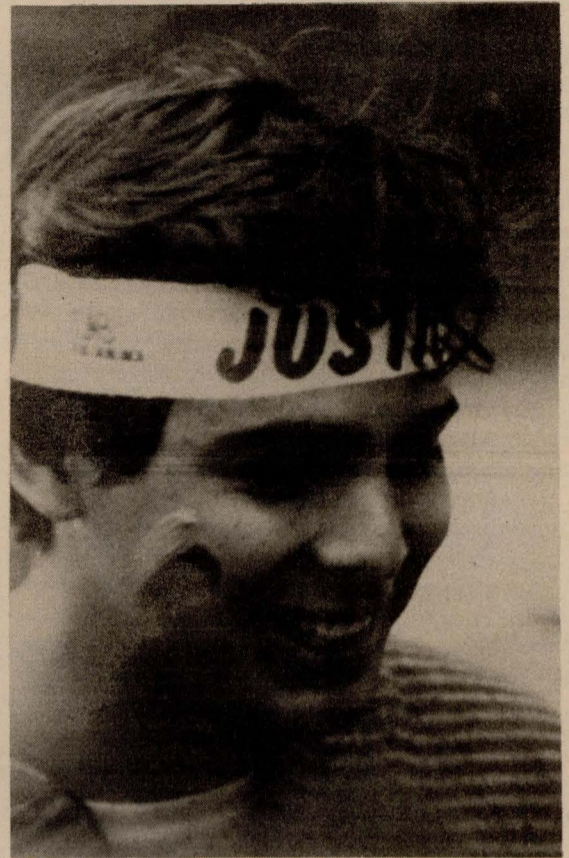
**Lindbergh** - Este foi um ponto polêmico. Existia quem defendesse desde "Fora Itamar" ou "Oposição a Itamar", mas acabou prevalecendo a independência em relação ao governo. O Coneg aconteceu quando Itamar ainda era interino e nossa avaliação era de que o governo estava sujeito às mais variadas pressões, com uma equipe que representava as diversas forças que batalhavam pelo impeachment e, por isso, deveríamos "puxar" o governo Itamar para um caminho mais popular. Esta foi a posição majoritária. Hoje, não podemos deixar de ressaltar aspectos positivos, como a suspensão do programa de privatizações do governo Collor ou o papel desempenhado em relação aos medicamentos. Além disso, o presidente Itamar tem demonstrado no dia-a-dia, uma preocupação social extremamente válida.

**Classe - E qual é o calendário da UNE para 93?**

**Lindbergh** - Nós marcamos nosso Congresso para junho. Definimos também a realização do Festival de Cultura e Arte da UNE, que será de 4 a 9 de maio, em Ouro Preto (MG); e do 3º Encontro das Mulheres Universitárias, de 2 a 4 de abril, possivelmente em Vitória (ES).

**Classe - O plebiscito previsto para 21 de abril, vai decidir o sistema de governo. Como a UNE pretende levar essa discussão para os estudantes?**

**Lindbergh** - A UNE fez a opção de não definir a posição sobre esse tema no Coneg. Nós decidimos chamar um plebiscito dos estudantes universitários para o início de abril, e a UNE vai defender o que os estudantes decidirem sobre sistema e forma de governo. Por enquanto, os diretores da UNE estão liberados para participar das campanhas existentes, seja pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo. Eu vou desde já, assumir a campanha pelo parlamentarismo. Outros diretores da UNE vão defender o presidencialismo. É importante que nas calouradas que aconte-



Presidente da UNE, Lindbergh Farias, durante uma das manifestações pelo impeachment.

cem nas universidades na primeira semana de aula, sejam realizados debates sobre este tema. Tenho certeza que os estudantes vão tomar uma posição avançada e jogar papel importante na formação da opinião das pessoas que vão votar no dia 21 de abril.

**Classe - E sobre as mensalidades escolares?**

**Lindbergh** - Esse é um ponto fundamental. Na verdade, nunca vimos uma situação como a atual nas universidades e colégios brasileiros. Nas matrículas, em janeiro, assistimos aumentos de mais de 400%. A média de reajustes ficou em torno de 150%. Esses aumentos hoje, não atingem mais o povão, mas a classe média e alta. Um estudante da Gama Filho (RJ) pagou em janeiro, Cr\$ 6 milhões. Eu fico imaginando quem tem que sustentar dois filhos numa universidade. Vai ter que fazer a opção de estudar só um. Mesmo quem ganha muito bem está numa situação de extrema dificuldade. Segundo a Fipe, nos últimos dez anos, a inflação acumulada chegou a 600 milhões por cento. Nesse estudo, eles mostram que existe um ponto que é recordista em aumento: as anuidades escolares, que nos últimos dez anos tiveram um aumento de um bilhão e 600 milhões por cento. Isso é um desrespeito com a educação, tratada aqui como mercadoria, como se fosse uma bola de futebol. Para modificar essa situação, queremos mudar a lei nº 8.170, que permite estes aumentos abusivos. Já existe um projeto tramitando na Câmara e pretendemos vincular o aumento das mensalidades ao aumento salarial e não poderá ser superior à variação do INPC. Por outro lado, a partir de março iniciaremos as mobilizações nas escolas particulares. Queremos auditoria nas faculdades e o cumprimento

da lei que permite um lucro máximo de 10%. Outro ponto importante é desvincular a atividade financeira da acadêmica. Se um estudante atrasar o pagamento ele não pode ser impedido de fazer provas ou ser colocado para fora. O máximo que poderá acontecer é a cobrança judicial.

**Classe - A UNE retomou a campanha para que os universitários façam a carteira de estudantes. Qual a importância da carteirinha?**

**Lindbergh** - A carteira da UNE tem papel importante porque foi a reconquista de um direito que perdemos na época da ditadura militar. Ao facilitarmos o acesso dos estudantes, que pagam meia em cinema, teatro, estádios, estamos propiciando o contato com a cultura. Até para formar um homem mais crítico é fundamental que ele tenha acesso a essas atividades. A carteira de estudantes é também uma forma de fazer a ligação concreta do estudante com a UNE. Numa das passeatas do impeachment, uma senhora subiu no carro de som para me mostrar a carteira da UNE de 1957. Aquele era um documento importante para ela, um vínculo que criou com a UNE. É importante também porque permite arrecadar dinheiro para estruturar as entidades estudantis.

**Classe - A próxima gestão da UNE vai encontrar uma entidade mais estruturada?**

**Lindbergh** - Sem dúvida. Falando nisso, estamos num processo de reconquista do terreno da UNE, na praia do Flamengo, e começaremos uma grande campanha para reconstruir o prédio que foi destruído com o golpe de 64. Vamos investir na estruturação material de nossa entidade e em grandes campanhas em defesa do ensino público e gratuito e da soberania do nosso país.

## PCdoB

## Comissão política se reúne

A Comissão política do Comitê Central do PCdoB reuniu-se nos dias 15 e 16 de janeiro. O camarada João Amazonas abriu a discussão, fazendo uma exposição sobre a situação internacional e nacional. A reunião condenou a agressão dos EUA ao Iraque, expressão da ofensiva imperialista contra os povos. Os Estados Unidos vão tentando exercer seu super poder no mundo, em meio a uma pouca resistência organizada.

A reunião avaliou ainda que é em meio às pressões imperialistas, que o governo de Itamar tenta levar adiante seu plano de governo. Os fatos confirmam a avaliação feita já na reunião do Comitê Central de que no geral o novo governo tendia para uma posição democrática e de defesa dos interesses nacionais e sociais. A reunião do Presidente com os partidos foi uma evidência de sua disposição de ouvir a sociedade no sentido de caminhar para medidas que visem a recuperação econômica do país e a melhoria das condições de vida do povo.

A reunião da Comissão Política também debateu o agravamento da crise social no Brasil e a necessidade de encontrar formas de mobilização para medidas de combate à fome e ao desemprego. Destacou ainda a necessidade de um maior esclarecimento da população sobre o plebiscito de 21 de abril sobre o sistema de governo, de ganhar a opinião pública para o parlamen-



Renato Rabelo fala na reunião da Comissão Política

tarismo como forma mais avançada e combater as iniciativas restritivas à organização partidária e à representação ampla dos diversos seguimentos da sociedade.

Outro tema da reunião foi a recomposição do secretariado nacional do PCdoB após a morte do dirigente Rogério Lustosa, com a indicação de nomes a serem referendados na próxima reunião do Comitê Central do partido.

José Reinaldo Carvalho, responsável pela Secretaria Internacional do PCdoB, por sua vez, fez um informe sobre sua participação no congresso do Partido Comunista Português e uma avaliação sobre a situação do Movimento Comunista Internacional, destacando que este vive um momento de transição rumo à unidade, com um certo grau de

renovação, dados que precisariam ser melhor avaliados e discutidos em uma reunião do Comitê Central do PCdoB. O dirigente Aldo Rebelo também informou de sua participação no congresso da UDP em Portugal e de sua recente viagem a Cuba em representação oficial da Câmara dos Deputados. Nessa oportunidade teve um encontro com Fidel Castro e outros contatos políticos, constatando o forte cerco e dificuldades em que Cuba se encontra, bem como a solidariedade efetiva dada ao povo cubano pelas forças progressistas de diversas partes do mundo.

A reunião aprovou ainda os encaminhamentos para a realização do Seminário sobre os desafios do crescimento e fortalecimento do PCdoB iniciativa já aprovada na última reunião do Comitê Central.

## Seminário sobre crescimento partidário

A última reunião plenária do Comitê Central aprovou a realização de um seminário sobre a situação do Partido. Os problemas são múltiplos e variados, no entanto, o fio condutor que deverá orientar o debate será a discussão acerca dos problemas referentes ao crescimento e fortalecimento partidário.

Um dos traços marcantes da situação partidária é a contradição existente entre o crescimento da influência política do Partido e seu crescimento, aquém das necessidades. Numa situação política como a que atravessamos no Brasil a existência de um PCdoB forte e com crescimento acelerado, é uma exigência que se impõe pela luta política.

O seminário contará com três aspectos centrais: condicionantes políticos do crescimento e fortalecimento partidário; aspectos orgânicos do crescimento e fortalecimento partidário; e aspectos ideológicos do

crescimento e fortalecimento partidário.

O primeiro tema, sobre os condicionamentos políticos, será apresentado por João Amazonas, seguido de debate.

Os outros dois temas serão realizados na forma de painel. Os aspectos orgânicos do crescimento e fortalecimento terá quatro expositores: Ronald Freitas falará sobre a situação geral do Partido, o desafio do crescimento, o recrutamento, etc. Dynéas Aguiar sobre o movimento de massas; Jairo José sobre a prioridade de crescimento na classe operária; e Edson Silva sobre a interiorização do Partido.

Os aspectos ideológicos do crescimento do PCdoB terá três expositores. Renato Rabelo falará sobre os desafios teóricos e ideológicos para o crescimento e fortalecimento partidário, a agitação e propaganda e a superação dos

desafios teóricos.

Walter Sorrentino abordará as relações internas e o crescimento; a democracia e a disciplina partidária e o burocratismo - demissionismo. Ronald Freitas falará também sobre os desafios da continuidade revolucionária no crescimento partidário: quadros, formação, a perspectiva revolucionária.

Os estados têm um número limitado de participantes, ficando a seu critério a escolha dos participantes. Pela natureza do evento não se trata de um curso e a expectativa é que os participantes devem ter certa experiência no trato do trabalho partidário e deverão, dentro do temário básico apresentado, estudar os assuntos e trazerem contribuições.

O seminário será realizado em São Paulo, nos dias 12, 13 e 14 de março. A abertura será no dia 12 às 9 horas. A taxa de inscrição é de 30 dólares.

## Homenagem a Rogério Lustosa

O Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador (PCMLE) publicou em seu órgão central, o jornal En Marcha, uma matéria de destaque sobre a morte do dirigente do PCdoB Rogério Lustosa. Depois de falar sobre a trajetória de luta de Rogério, o jornal destaca sua participação em 1991 nos trabalhos do IV Congresso do PCMLE, onde se destacou pelo esforço de estreitar os laços de unidade dos marxistas-leninistas e de todos os revolucionários.

O artigo conclui afirmando que o nome de Rogério permanecerá entre aqueles que entregaram o melhor de suas vidas pela causa proletária mundial. Além disso, reproduz a poesia feita pela dirigente do PCdoB na Bahia, Loreta Valadares, dedicada a Rogério:

## A ROGÉRIO

La muerte  
no  
anunciada  
le arrebató  
tranquilo  
em el parque  
entre árboles como  
para distinguir de  
la vida  
su inquietud  
apasionada  
su rebelión  
intrínseca  
su espíritu indómito  
sus manos agitadas  
la palabra dura  
la pena precisa

Vida  
siempre  
vívida  
desafiando a los poderosos  
enfrentando peligros  
en las tempestades  
de clase  
con palabras  
en el cuerpo a cuerpo  
en las prisiones  
en las barricadas  
Con febril  
actividad  
vivió usted  
la vida  
talvez  
para distinguir en  
la muerte  
la inmensidad  
serena  
del reposo  
de los héroes

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois  
Loreta Valadares

# PENA DE MORTE

*A falsa saída das elites*

GUIOMAR PRATES

A crise social tomou conta do Brasil. Diariamente, os números assaltam os noticiários: milhões de desempregados, de sem-teto, centenas de milhares de crianças morando nas ruas, sem ter o que comer, sem escola ou algum tipo de proteção. Esse quadro generaliza a violência. Corroída na base, a sociedade vai perdendo qualquer noção de humanismo ou solidariedade.

As elites brasileiras, que têm a violência como costume, desde o recorde mundial de mortes no trânsito à sustentação de políticas econômicas desumanas, não vêem como sua a responsabilidade por atos violentos. Fecham os olhos para os 50 milhões que vivem na miséria absoluta mas quando a violência atinge um de seus membros, começa a gritaria geral. Os sequestros ganham destaque por vários dias, afinal normalmente é um grande empresário ou um seu parente que corre perigo. No ano passado, foram 90 sequestros no Rio de Janeiro, com uma única morte. No mesmo período foram mortas sete mil pessoas na periferia da cidade, sem dúvida um drama muito mais grave e que não teve uma linha sequer nos noticiários.

## Criminalidade não diminui

Incapaz de dar solução para a crise e suas conseqüências sociais, as elites procuram desviar a atenção sobre os reais problemas do país e, de tempos em tempos, retomam a campanha em favor da pena de morte. É a máxima de "acabar com a pobreza matando os pobres". Ou alguém tem a ilusão de que PC Farias sentaria numa cadeira elétrica?

Aproveitando o escorregão do presidente Itamar Franco, que declarou estar disposto a discutir a adoção da pena de morte no Brasil, a Rede Globo começou a fazer campanha descarada. Figuras sinistras como Amaral Neto, que vive da pena de morte, ressuscitaram. Paulo Maluf (hoje prefeito de São Paulo) que criou a Rota e a pena de morte na prática, saiu em defesa da realização de um plebiscito sobre o assunto. Roberto Marinho, dono da Rede Globo, colocado pela revista "Fortune" como um dos homens mais ricos do mundo, com um patrimônio superior a 1 bilhão de dólares, diz que vai manter a campanha em defesa da pena capital. Será que ele pretende incluir engano de opinião pública como crime hediondo?

É claro que crimes como os cometidos contra a atriz Daniela Perez e a menina Miriam Brandão revoltam a população e merecem ser severamente punidos. Mas certamente não merecem ser transformados em uma novela para manter aceso o imaginário popular e formar a opinião do povo em favor da pena de morte, como faz a Globo em seus programas. Até porque, as estatísticas provam que nos países onde existe pena de morte, a criminalidade não diminuiu.

## Discriminação Racial

Desde 1976, quando a pena de morte foi reabilitada nos Estados Unidos, depois de quatro anos de ilegalidade, a taxa de homicídios nos Estados que mais executam condenados tem sido maior do que a dos que não a adotam.

Na década de 1980, nos 12 Estados com o maior número de execuções houve 106 assassinatos para cada 100 mil habitantes por ano; nos 13 estados mais populosos sem pena de morte, foram 53 homicídios por 100 mil habitantes, exatamente a metade. O Estado campeão em execuções, o Texas (54 desde 1976) esteve entre os cinco primeiros em taxa de homicídios em

todos os anos nesse período e foi o primeiro colocado em três anos.

Os Estados Unidos são o único país considerado democrático no mundo que adota a pena de morte. A Austrália aboliu a pena capital em 1895, a Holanda em 1982 e a França em 1981.

Em janeiro de 1977, no Estado de Utah, Gary Gilmore se tornou o primeiro executado em dez anos nos EUA. A exemplo do mais recente, Westley Dodd, enforcado em 5 de janeiro, Gilmore pediu para morrer. Depois dele, outras 188 pessoas foram executadas e há 2.528 nos corredores da morte.

A pena de morte tem se revelado nos EUA, um instrumento racista. Das 189 pessoas executadas de 1976 até hoje, só uma era branca, acusada de assassinar outra negra, e 31 eram negras acusadas de matar brancas. Lá, acusados de matar brancos tem quatro vezes mais chances de receber a pena capital. Dos 189 executados, 74 eram negros, o que corresponde a 39,1%. A participação dos negros na população americana é de 12%. A maioria das execuções ocorreu no Sul, de tradição racista. O condenado Eddie Lee Ross foi defendido por um advogado público, ex-membro da Ku-Klux Klan, que o chamava de "crioulo".

## Impedimento constitucional

O Brasil, segundo o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, está moralmente impedido de adotar a pena de morte, por ter aderido durante a interinidade de Itamar Franco, em 1991, à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, cujo artigo 4º afirma que o país que tenha abolido a pena de morte não pode restabelecê-la. Aqui, a pena de morte foi aplicada até o fim do século passado.

O artigo 1º da Convenção, aprovada em 1969 na Costa Rica, diz que os países signatários têm obrigação de respeitar os direitos e liberdade das

personas. A Constituição de 88 também veda a adoção da pena de morte, admitindo-a apenas em caso de guerra declarada, segundo o artigo 5º, inciso XVII. A questão não pode sequer ser alterada na revisão constitucional, pois o parágrafo 1º, do artigo 60, diz que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir", entre outros pontos, "os direitos e garantias individuais", dentro dos quais está previsto que só poderá existir em caso de guerra.

A comissão de juristas que vai elaborar a proposta de reformulação do Código Penal não vai sequer colocar em pauta a pena de morte. O presidente da Comissão, Evandro Lins e Silva, disse que o tema está "fora de questão, porque é inconstitucional e sua adoção não pode ser proposta através de emenda e nem de revisão constitucional".

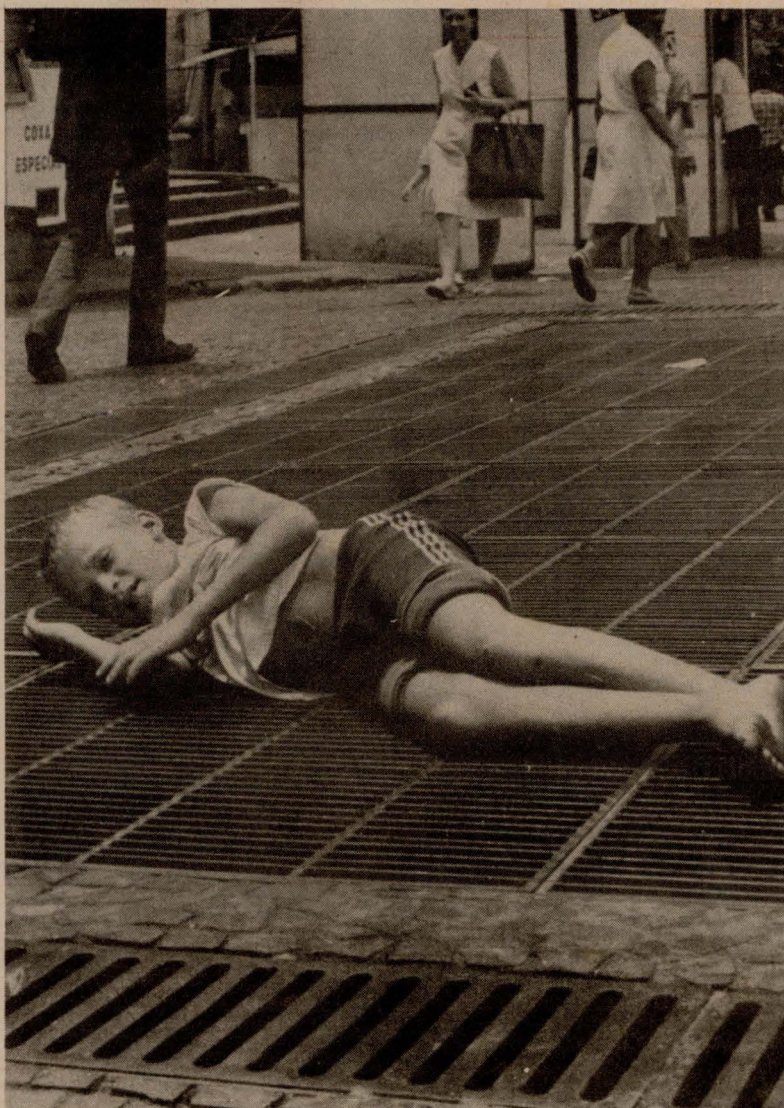
A Ordem dos Advogados do Brasil está enviando convites para personalidades e entidades da sociedade civil para uma reunião no dia 15 de fevereiro, visando organizar uma estratégia contra a campanha em favor da pena de morte. Num encontro realizado em Brasília, com o presidente da República e as entidades que compõem o Fórum pela Ética na Política fizeram veemente protesto contra a iniciativa do presidente Itamar Franco de propor o debate sobre o assunto.

## Raízes da violência

É certo que não basta apenas legislação rigorosa para coibir crimes hediondos. É necessário combater as raízes da violência. Esse combate passa, necessariamente, por uma ampla reforma social, melhor distribuição de

renda, pela retomada do crescimento econômico e pelo fim do empobrecimento da população.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada - IPEA, a situação brasileira é catastrófica. O Brasil tem 14,4 milhões de famílias - 65 milhões de pessoas - com renda inferior a um salário-mínimo e são consideradas pobres. Entre essas, 34 milhões não tem como se alimentar e são consideradas "indigentes". Isso demonstra que em cada dez brasileiros quatro são pobres e dois são indigentes. Enquanto isso, em 1989, os 1% mais ricos tinham 16,8% da renda nacional. Esses dados demonstram a grande distorção social que existe hoje no Brasil. A pena de morte, além de não contribuir para a redução de crimes hediondos, certamente se tornaria um instrumento de grande discriminação social. Por isso, cabem a todos os que defendem a liberdade e a democracia, se engajarem na campanha contra a adoção da pena capital.



Como essa, milhões de crianças vivem nas ruas das cidades.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois